

PROPOSTAS E
RECOMENDAÇÕES DE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Goiás

CNC · Fecomércio GO · Sindicatos · Sesc · Senac

Sistema Comércio

VAI TURISMO
RUMO AO FUTURO

PROPOSTAS E
RECOMENDAÇÕES DE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Goiás



CNC · Fecomércio GO · Sindicatos · Sesc · Senac

Sistema Comércio

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
Propostas e Recomendações de Políticas Públicas de Turismo – Goiás

Presidente: José Roberto Tadros
Vice-presidentes: 1º – Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante, 2º – Luiz Carlos Bohn, 3º – Lázaro Luiz Gonzaga. Abram Abe Szajman, Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, Eliezir Viterbino da Silva, José Arteiro da Silva, José Lino Sepulcri, José Marconi Medeiros de Souza e Raniery Araújo Coelho

Vice-presidente Administrativo: Marcelo Fernandes de Queiroz (em exercício)
Vice-presidente Financeiro: Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores: Abel Gomes da Rocha Filho, Aderson Santos da Frota, Aldo Carlos de Moura Gonçalves, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Carlos de Souza Andrade, Hermes Martins da Cunha, Itelvino Pisoni, Ivo Dall'Acqua Júnior, Jeferson Furlan Nazario, José Wenceslau Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Marcos Antônio Carneiro Lameira, Maurício Cavalcante Filizola, Nilo Ítalo Zampieri Júnior, Rubens Torres Medrano e Sebastião de Oliveira Campos

Diretor Administrativo: Antonio Florencio de Queiroz Junior
Diretores Financeiros: 1º – Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues, 2º – Ademir dos Santos

Conselho Fiscal: Domingos Tavares de Sousa, Lélio Vieira Carneiro e Valdemir Alves do Nascimento

Gabinete da Presidência: Elienai Tavares Câmara (interino)

Secretaria-Geral: Simone de Souza Guimarães

Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur): Alexandre Sampaio de Abreu
Equipe Técnica: Ana Paula Siqueira, Débora Dutra, Marcia Alves, Regina Cardoso e Vanessa Paganelli

Coordenação no Estado: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Goiás (Fecomércio-GO)
Responsáveis Técnicos: Fernanda Cury e Ricardo Rodrigues Gonçalves

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)
Facilitadores: Adriana Cardoso de Lima, Ana Beatriz Braga, Fabio Wagner, Janaísa Sobral, João Henrique de Freitas Alves, José Fabricio Torres Viana, Lauredite Silva Trindade Santana, Lucimar Mota, Márcia Alves, Melina Dias Bufete, Renata Rubik Maestri e Zenaide Margon

Curadoria: Strategia Consultoria Turística – GKS Inteligência Territorial
Responsáveis técnicos: Cássio Garkalns, Gleice Regina Guerra, Marta Poggi e Thais Spiezzi Rinaldi
Especialistas: Aline Alves Silva, Ana Cláudia Machado, André Sá, Bianca Colepicolo, Fernanda Hummel, Luciano Meneghetti, Mariana Aldrigui, Paula Valle e Sylvio Campos
Apoio técnico: Bruna Marques, Gabriel Tonin e Gustavo Silva
Apoio administrativo: Elisa Lara

Capa e Diagramação: Ana Carolina Silveira
Revisão: Denise Scofano

CNC - Rio de Janeiro
Av. General Justo, 307
CEP 20021-130
PABX: (21) 3804-9200

CNC - Brasília
SBN Quadra 1 Bl. B - n° 14
CEP 70041-902
PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

www.portaldocomercio.org.br

C748

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Propostas e Recomendações de Políticas Públicas de Turismo – Goiás / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. – Rio de Janeiro : Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2022.

28 p. : il. Color.; 27 cm.

1. Turismo. 2. Política Pública. 3. Goiás. I. Título.

CDD 338.4791

Bibliotecário responsável: José Walter Silveira dos Santos – CRB-7: 6496

Sumário

Sistema CNC-Sesc-Senac **4**
Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) 6
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) 7
Entidades nacionais parceiras 8

Turismo como vetor de desenvolvimento socioeconômico **10**

Recomendações para o governo **14**
Estratégias em Goiás 15
Políticas públicas e ações prioritárias de curto prazo 15
Macroestratégias nacionais 19

Vai Turismo **20**
Propostas integradas 25
Instituições conectadas 25
Políticas públicas 26
Desenvolvimento sustentável 26
Destinos turísticos 27
Entidades parceiras 28

Sistema
CNC-Sesc-Senac



A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) é do tamanho do Brasil. Os setores por ela representados são o principal motor da economia brasileira, respondendo por cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, gerando emprego, renda e constante desenvolvimento socioeconômico.

As empresas integrantes desses setores estão organizadas em sindicatos de atividades afins, em cada base territorial. Os sindicatos se organizam em federações, todas representadas institucionalmente pela CNC.

A ampla representatividade da Confederação vem dessa união de sete federações nacionais, 27 federações estaduais e 1.036 sindicatos. São entidades que espelham a força, a diversidade e o dinamismo das mais de 4,79 milhões de empresas do comércio de bens, serviços e turismo que geram mais de 22,2 milhões de empregos diretos e formais.

Essa estrutura de representação empresarial administra um dos maiores sistemas de desenvolvimento social do mundo. São sete gerações de brasileiros atendidos pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), um sistema que valoriza os trabalhadores e suas famílias, proporcionando desenvolvimento social para milhões de brasileiros a cada ano, com benefícios em educação, capacitação profissional, saúde, cultura, assistência e lazer.

A contribuição da CNC para o desenvolvimento do turismo se funde com a própria evolução do setor no Brasil. As propostas contidas nos estudos e nos documentos elaborados pela Confederação, em conjunto com representantes da cadeia produtiva do setor, ajudaram a pautar políticas essenciais ao desenvolvimento da atividade no País.

A CNC entende que o setor de serviços, em especial o de turismo, além de ser o maior gerador de empregos do País, é um segmento que absorve trabalhadores com diferentes níveis de qualificação. E, apesar de ter um imenso potencial, o turismo ainda não faz parte da agenda de muitos governos estaduais e municipais, e não há continuação de políticas públicas que incentivem o crescimento do setor.

Para colaborar e avançar com soluções que impulsionem as atividades turísticas, a Confederação, por meio do seu Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur), com a parceria das associações empresariais representativas da cadeia produtiva e das Federações do Comércio estaduais (Fecomércios), iniciou em 2021 uma mobilização, reunindo pessoas e instituições, em todos os Estados e no Distrito Federal, para debater as necessidades e apresentar estratégias, recomendações e propostas de políticas públicas mais consistentes para o desenvolvimento sustentável do setor. Uma agenda única, construída de forma participativa pelos principais atores do turismo nacional e composta pelas demandas prioritárias para aumentar a competitividade e sustentabilidade do turismo em cada uma das regiões brasileiras.

O turismo pode ajudar a criar ainda mais empregos no País, promover melhorias sociais e econômicas e proteger o meio ambiente. O empresário do turismo também quer um desenvolvimento mais sustentável, com políticas públicas efetivas e estruturantes que possam aumentar a competitividade e consolidar o setor. Nossa missão é estimular o debate, convergir ações e contribuir com soluções práticas e aplicáveis, sempre olhando para o futuro.

Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur)

O Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) é um órgão da CNC que reúne os conselhos e câmaras das Federações do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e associações empresariais da cadeia produtiva do turismo e promove o debate de temas relacionados ao setor, formulando propostas que contribuam para solucionar questões relevantes da atividade.

Criado em 10 de agosto de 1955, o Conselho trabalhou ativamente para a institucionalização do turismo, sendo um agente indutor do desenvolvimento desse setor econômico com enorme potencial de crescimento e intensivo em mão de obra. Ao ter em sua base as principais associações empresariais do turismo brasileiro e trabalhar de forma integrada com as representações regionais das Federações do Comércio em todo o País, o Conselho da CNC está na linha de frente para que as demandas e propostas aqui apresentadas possam impulsionar o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro.

CNC · Federações · Sindicatos · Sesc · Senac

Sistema Comércio



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio)

O Vai Turismo, grande consulta pública que envolveu diferentes atores do *trade* turístico, foi capitaneada pelas Federações do Comércio em todos os Estados e no Distrito Federal, além da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA). O Sistema Comércio possibilitou a conexão com instituições, especialistas e profissionais, formando uma rede com representantes de diversos segmentos para debater as necessidades e pensar conjuntamente em oportunidades, propostas e recomendações aplicáveis e que possam efetivamente promover o desenvolvimento sustentável do setor.

O projeto realizou um estudo das melhores práticas dos destinos turísticos internacionais e pesquisas de percepção por unidade federativa, além de diagnósticos da situação do turismo em cada estado, para propor avanços e melhorias, com base nos cinco pilares da metodologia de Destinos Turísticos Inteligentes: governança, tecnologia, inovação, sustentabilidade e acessibilidade. Com base nesse trabalho, foram identificadas as necessidades, oportunidades e pontos críticos em cada unidade federativa e região e propostas diretrizes e ações adequadas para realização em um prazo de quatro anos, mas com visão de longo prazo, uma vez que as recomendações são estruturantes.

Entidades nacionais parceiras

As mais representativas entidades nacionais dos diversos segmentos da cadeia produtiva do turismo foram peças fundamentais para o desenvolvimento e a execução do projeto.

Foram
+ de 300
instituições envolvidas

e cerca de
1.800 participações de profissionais.

Todos trabalhando com o mesmo objetivo: fazer o turismo avançar, de forma sustentável e continuada, fortalecendo a importância econômica do setor para toda a sociedade.

AGÊNCIAS DE VIAGENS
Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav Nacional)
Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (Abracorp)
Associação Latino-Americana de Gestores de Eventos e Viagens Corporativas (Alagev)
Federação Nacional de Turismo (Fenactur)

PROMOTORES E EMPRESAS DE EVENTOS
Associação Brasileira de Empresas de Eventos (Abeoc Brasil)
Associação Brasileira de Promotores de Eventos (Abrape)
União Brasileira dos Promotores de Feiras (Ubrafe)

MEIOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih Nacional)
Associação Brasileira de Resorts (Resorts Brasil)
Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel Nacional)
Associação Nacional de Bares e Restaurantes (ANR)
Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA)
Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB)

OPERADORAS DE VIAGENS
Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa)

PARQUES TEMÁTICOS
Sistema Integrado de Parques Temáticos e Atrações Turísticas do Brasil (Sindepat)
TRANSPORTE AÉREO
Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear)
TRANSPORTE MARÍTIMO
Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil)
TRANSPORTE TERRESTRE
Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos e Culturais (ABOTTC)
Associação Nacional dos Transportadores de Turismo e Fretamento (Anttur)
Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla)
ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA
Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta)
TURISMO SOCIAL
Associação Brasileira de Turismo Social (Abrastur)
TURISMO DE LUXO
Brazilian Luxury Travel Association (BLTA)
TURISMO RECEPTIVO
Associação Brasileira de Turismo Receptivo Internacional (Bito)
Associação Brasileira de Turismo Receptivo (Recept Brasil)
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)
GESTÃO E PROMOÇÃO DE DESTINOS
Associação de Marketing Promocional (Ampro)
Brasil Convention & Visitors Bureau
União Nacional dos CVBs e Entidades de Destinos (Unedestinos)

Turismo
como vetor de desenvolvimento socioeconômico

Há muitos anos ouvimos falar do **potencial turístico** do Brasil, e mesmo com toda a diversidade natural e cultural, nosso país ainda está longe de ocupar uma posição relevante nesse aspecto, uma atividade que pode acelerar a recuperação e consolidar as diferentes vocações profissionais de nossa população.

Inicialmente, é preciso considerar que falamos pouco sobre o **alcance socioeconômico do turismo**. Ao limitarmos a abordagem apenas às viagens de lazer, restringimos a compreensão das muitas dimensões que o setor turístico representa para a economia nacional.

O Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, na sigla em inglês) indica que, no processo de consolidação da retomada, o setor passará a representar **11,3% da economia global**, movimentando ao menos US$ 14,6 trilhões ao longo dos próximos dez anos (2022-2032).

O crescimento das viagens se dará em ritmo de **5,8% ao ano**, enquanto a economia global crescerá mais lentamente (2,7% aa). Isso implica **expansão de empregos**, estimados para 126 milhões em uma década: um em cada oito empregos criados ou recriados terá relação com turismo.

Apesar de integrarem o conjunto de atividades econômicas mais impactadas pela crise sanitária deflagrada pelo novo coronavírus em escala global, no Brasil, o **ritmo de regeneração** dos serviços turísticos tem se destacado diante dos demais setores da economia.

Do ponto de vista do emprego, levantamento recente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) atestou que, dos vinte municípios brasileiros com maior geração relativa de vagas nos últimos 20 meses, quinze são polos turísticos tradicionais.

Dado o ritmo de reaquecimento das atividades turísticas, a própria CNC estima que o setor alcançará o nível de geração de receitas observado às vésperas da pandemia já no terceiro trimestre de 2022.

Mesmo sendo um país continental, e com um dos maiores mercados domésticos de turismo do mundo (ao menos **30 milhões de brasileiros conseguem viajar com frequência**), os números do Brasil estão **abaixo de países com condições econômicas equivalentes**. Os empregos diretos e indiretos no setor chegam a quase 10% do total, quando **poderiam estar entre 13% e 15%**, e sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) poderia saltar dos atuais 5% para mais de 9%.



Considerar o turismo como uma das atividades estratégicas nacionais e estaduais pode garantir, por exemplo:

Criação e ampliação de oportunidades com base na **melhoria de infraestrutura** de turismo, especialmente ligadas a atração de investimento externo, realização de eventos e reuniões, visitas técnicas para estabelecimento de parcerias agroindustriais, comerciais e de serviços, e viagens de negócios;





Geração de empregos e de renda em diversos níveis de qualificação, com **impacto social imediato** especialmente nos grupos de mulheres e jovens;

Ativação de mais de 500 setores da economia, por meio da circulação de pessoas e dos gastos realizados nos destinos;





Estímulo à **conservação e recuperação de paisagens naturais**, garantindo a atratividade e a valorização da experiência do turista;

Divulgação consistente dos diferentes destinos por meio de engajamento orgânico em mídias sociais, com desdobramento na produção de conteúdo e estabelecimento de parcerias no setor de entretenimento e mídia.



Ao investir na modernização do turismo brasileiro, da infraestrutura à legislação, apresentaremos ao mundo o compromisso com o **desenvolvimento de cidades inteligentes**, **sustentáveis** e capazes de garantir **qualidade de vida** a seus moradores e visitantes.

Com isso, seremos capazes de convidar mais pessoas para conhecerem as reais possibilidades de investimento no Brasil – da produção sustentável de alimentos à conservação da biodiversidade, da diversificação de nossa base industrial às capitais de inovação e criatividade.

Empresários do setor já se provaram fortemente comprometidos com o País – combinando resiliência e disposição para superar crises e encontrar soluções, mesmo diante dos maiores desafios. E conseguiram, como ficou demonstrado ao longo dos últimos dois anos.

Elegendo o **turismo como estratégia de desenvolvimento**, vinculando-o às vocações econômicas de cada cidade, daremos um passo consciente e responsável, inclusivo e sustentável, com resultados claros e perceptíveis por toda a população.

Recomendações para o governo

Estratégias em Goiás

- Processos decisórios ágeis, colaborativos, participativos e assertivos na governança.
- Capacitação de atores (comunidade, entidades da sociedade civil, empreendedores e profissionais turísticos, gestão pública) envolvidos no setor turístico.
- Oferta turística qualificada para atrair novos turistas.
- Políticas públicas estruturadas para o desenvolvimento do turismo de Goiás.
- Investimentos públicos e privados.
- Competitividade turística de Goiás ampliada, aprimorando o processo de tomada de decisão.

Políticas públicas e ações prioritárias de curto prazo

Goiás

Governança

Recomendação

Criar um sistema de gestão de turismo ágil, transparente, atual, alinhado com o desenvolvimento e a sustentabilidade da atividade no longo prazo, que garanta a continuidade de ações em curso.

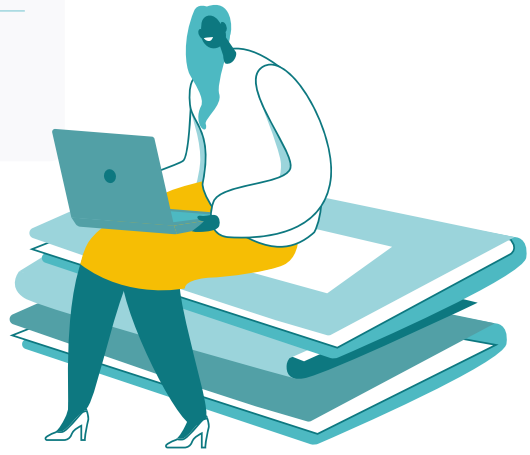


Inovação

Recomendações

Capacitar e profissionalizar a população local para atuar em atividades características do turismo (ACT) e qualificar empresários do setor em temas de gestão.

Manter programa permanente de capacitação, próprio ou por meio de parcerias, para gestores públicos e membros de instâncias de governança de turismo com foco nas especificidades do setor.



Acesso e acessibilidade

Recomendações

Gerar investimentos para a infraestrutura de acesso no Estado, por meio de programas que facilitem o acesso dos turistas aos principais destinos turísticos.

Gerar investimentos em mobilidade urbana.

Criar projetos de melhoria do transporte público coletivo nas principais cidades do Estado, bem como nas ligações intermunicipais.





Região Centro-Oeste



Nota: Necessidades que ao menos três estados indicaram.

Tecnologia

Estimular a produção de conhecimento, a sistematização e o compartilhamento de informação com os *stakeholders* (poder público, *trade* turístico e academia), por meio de observatórios e/ou câmaras temáticas, exclusivos e permanentes.

Inovação

Pautar a gestão do turismo em leis, políticas e planos de desenvolvimento, estruturação, promoção e comercialização, atuais e duradouros, alinhados aos anseios da população, *trade* turístico e gestão pública.

Fomentar o aprimoramento da oferta turística já existente, de modo a atender às novas demandas dos turistas.

Incentivar a formatação de novos produtos, serviços e roteiros turísticos com o intuito de ampliar e modernizar a oferta turística nos Estados.

Macroestratégias nacionais

Investimentos convergentes

A plena condução da atividade turística depende do alinhamento de diversos ministérios e agências federais, considerando que o desenvolvimento de destinos turísticos sustentáveis requer investimentos em diversas áreas.

Inteligência

Um sistema nacional de indicadores de turismo bem estruturado é essencial para o planejamento, gestão e monitoramento da atividade.

Incentivo

A garantia de sobrevivência e crescimento de empresas da cadeia produtiva do turismo e o incentivo a novos investimentos privados no setor precisam ser contemplados, dados os grandes impactos que o turismo sofreu com a pandemia de Covid-19.

Oferta qualificada

A oferta do turismo pressupõe qualidade em toda a sua cadeia de produtos e serviços independentemente do segmento ou região, desde a sua concepção e execução até a divulgação ao mercado.

Governança

Políticas, programas e projetos federais específicos de turismo devem ser de responsabilidade de uma pasta exclusiva, com recursos humanos, técnicos, financeiros e materiais adequados; processos operacionais e de gestão ágeis; estratégias, objetivos e metas formalizados, pactuados e divulgados; responsabilidades e escopo de atuação claros e integrados entre si e com demais esferas de governança do turismo. Dessa forma, é possível estimular a inovação permanente no setor e contribuir significativamente com o desenvolvimento sustentável.

Vai Turismo



Valorizar, apoiar e impulsionar os destinos e produtos turísticos brasileiros, por meio de uma grande articulação, nos estados e nacionalmente, entre atores e instituições para construir uma agenda integrada com demandas e propostas do turismo. Esse é o objetivo do projeto Vai Turismo: Rumo ao Futuro, uma iniciativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que contou com a adesão e apoio de entidades nacionais e estaduais dos principais segmentos que compõem o turismo.

Acesse aqui a lista das instituições participantes.

29 ENTIDADES NACIONAIS

+

27 FEDERAÇÕES DO COMÉRCIO ESTADUAIS

+

300 INSTITUIÇÕES PARTICIPARAM DOS ENCONTROS E OFICINAS

+

1.800 PARTICIPAÇÕES DE PROFISSIONAIS

+ de 6 mil
visualizações

no webinário de lançamento do projeto Vai Turismo no YouTube,

com

1.411 inscritos

e mais de **700 participantes** em tempo real.

Acesse aqui as palestras do webinário.

Como um movimento nacional participativo – formado por organizações, profissionais, especialistas e empresários de todo o País, que se uniram para contribuir com recomendações e propostas que impulsionem o setor de turismo e que estimulem o desenvolvimento sustentável de destinos turísticos brasileiros, principalmente após o impacto da pandemia –, o Vai Turismo produziu documentos técnicos para apoiar as discussões estaduais e nacional.

1 estudo de *benchmarking* realizado com práticas internacionais inspiradoras para o turismo sustentável





Pesquisa de percepção realizada com + de 500 questionários respondidos



Pesquisa de percepção – Estado de Goiás

27 diagnósticos do turismo nos estados com base nos 5 pilares de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI)

FICHA DIAGNÓSTICA
Brasil.





FICHA DIAGNÓSTICA
Estado de Goiás

Notas metodológicas

Foram mais de **100 encontros e oficinas virtuais com atores da cadeia produtiva do turismo**, totalizando **1.831 participantes nos eventos nos estados brasileiros e no Distrito Federal**, considerando as características regionais, que deram embasamento a uma agenda nacional de diretrizes, macroestratégias e políticas públicas que foram alinhadas e validadas pelas entidades dos principais segmentos da cadeia produtiva do turismo nacional. Nos estados, foram realizados **54 encontros de alinhamento técnico abordando temas sobre políticas públicas e sobre atratividade estadual e o papel do empresariado na governança estadual do turismo e 54 oficinas de trabalho para elaboração de políticas públicas.**

Acesse aqui as palestras dos encontros de alinhamento técnico.

O escopo do Vai Turismo foi definido para contemplar o prazo de um mandato do poder executivo, quatro anos, especificamente de 2023 a 2026.

O desafio de um projeto como esse, de caráter predominantemente participativo e de abrangência nacional, está na diversidade de realidades encontradas. Diferenças nos níveis de desenvolvimento da atividade turística, na definição de prioridades, na compreensão dos papéis dos setores públicos e privados, entre inúmeras outras variáveis, geram realidades e percepções distintas nos stakeholders, mesmo se a unidade territorial for restringida a uma UF; por exemplo, participantes de regiões diferentes de um mesmo estado podem ter prioridades de investimento ou de comercialização de destinos turísticos distintas. Nesse sentido, desde a etapa de desenvolvimento do plano de trabalho para o projeto, foi primordial definir os conceitos norteadores e delimitadores do trabalho.

A mensagem-chave, capaz de contemplar os principais aspectos técnico-metodológicos envolvidos, definiu o Vai Turismo como:

> Uma oportunidade de **integrar propostas** e conectar instituições para recomendar **políticas públicas** que estimulem o **desenvolvimento sustentável** de **destinos turísticos brasileiros**.

São, portanto, cinco elementos que conformaram o Vai Turismo, desenhando-o e moldando-o de acordo com os aprendizados ao longo de mais de 15 meses de execução: propostas integradas, instituições conectadas, políticas públicas em foco, desenvolvimento sustentável como premissa e destinos turísticos nacionais como alvo.



Propostas integradas

Não faltam propostas no setor turístico: o Vai Turismo teve a pretensão de reuni-las e integrá-las, oferecendo um espaço para a convergência. A articulação e a participação também são oportunidades de aprendizado, de escuta e de manifestação, caracterizando um exercício preparatório para outros futuros trabalhos do setor.

Instituições conectadas



A proposta do Vai Turismo incluiu a ampliação da discussão sobre a atividade para além da própria CNC. Além de câmaras e conselhos de turismo estaduais das federações associadas à CNC e entidades representativas de empresas de comércio de bens e serviços de setores variados da economia do turismo – como 1) comercialização (agências de viagens e operadoras de turismo), 2) transportes turísticos (aéreo, terrestre e marítimo), 3) equipamentos (meios de hospedagem, estabelecimentos de alimentação, espaços para eventos e parques temáticos), 4) qualificação profissional, 5) gestão de destinos e 6) atrativos turísticos –, o projeto buscou atrair para as discussões:

- órgãos da administração pública direta e indireta;
- instâncias participativas direta ou indiretamente relacionadas ao turismo (p. ex., conselhos estaduais de turismo, conselhos de cultura, desenvolvimento, esportes etc.);
- instituições de ensino e pesquisa;
- terceiro setor, organizações da sociedade civil.

Políticas públicas



O foco em levantar, discutir e indicar políticas públicas consistentes que sejam necessárias para estimular o desenvolvimento do turismo sustentável nas UF e no Brasil é coerente com o produto final esperado do Vai Turismo: recomendações para candidatos ao poder executivo a mandatos estaduais e federal de 2023 a 2026.

Políticas públicas são entendidas, nesse documento, como um conjunto de ações realizadas por órgãos públicos para a administração da atividade no território. O principal objetivo da gestão pública é o de fomentar e desenvolver a atividade turística de modo responsável, a fim de mitigar ou eliminar os problemas que ela possa gerar, com a perspectiva coletiva. As políticas públicas podem se expressar por um conjunto de leis, regulamentos, normas e outros documentos formais para diretrizes, objetivos, estratégias e planos de desenvolvimento. No caso do turismo, podem referir-se a estímulo e promoção, planejamento, garantia, coordenação, monitoramento, avaliação e harmonização entre as realizações do poder público e do setor privado. Para esse trabalho, o formato jurídico ou burocrático com o qual, futuramente, as políticas públicas serão formalizadas cede relevância a seu conteúdo.



Desenvolvimento sustentável

Para que as propostas tivessem o caráter sustentável no tempo desejável, as recomendações para os mandatos de 2023 a 2026 precisavam ter, como pano de fundo, estratégias de longo prazo. O Vai Turismo não só buscou conectar as necessidades mais urgentes com vocações permanentes como também procurou alinhar estratégias estaduais com as regionais e as nacionais.

Ainda que, nesse projeto, os resultados não sejam, algumas vezes, ideais, considera-se que um longo caminho foi percorrido para que o turismo passe a conciliar suas demandas imediatas com aspectos importantes de desenvolvimento no longo prazo.

Destinos turísticos



A abordagem de destinos turísticos foi importante para que o foco do Vai Turismo recaísse sobre a oferta turística como um todo, e não sobre segmentos turísticos específicos (hospedagem, alimentação, atrativos, transporte, agenciamento, eventos e outros). Apesar de não ser possível eliminar as ênfases que participantes provenientes de um ou outro segmento tivessem, foi possível alcançar a compreensão de que os vieses deveriam operar, nas discussões, no sentido de privilegiar os destinos em sua totalidade, com o objetivo de tornar as localidades turísticas mais atraentes, em seus diversos aspectos.

Além disso, foi definido que a estrutura de trabalho seria inspirada nos fundamentos de Destino Turístico Inteligente (*smart destination*, DTI, como derivação de *smart cities*) – surgido na Catalunha, Espanha, em 2012) –, uma nova forma de pensar o desenvolvimento de destinos turísticos. Um DTI é definido pela Sociedad Mercantil Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas (SEGITTUR) como um destino inovador, que usa tecnologia de ponta, garante o desenvolvimento sustentável do território, promove a acessibilidade universal e facilita a interação e integração do visitante com o entorno, melhorando a experiência de viagem ao mesmo tempo que melhora a qualidade de vida dos residentes. A metodologia de DTI está baseada em cinco pilares, que contemplam os principais aspectos para o desenvolvimento turístico de qualquer localidade, bem como influenciam sua competitividade na atualidade: governança, tecnologia, inovação, sustentabilidade e acessibilidade.

Os resultados foram sistematizados em 27 documentos estaduais e um nacional com orientações e sugestões para a implementação de 2023 a 2026 para fazer frente aos desafios, considerado um norteamento estratégico para médio e longo prazos.

Para conhecer as pesquisas, diagnósticos, as propostas e recomendações de todos os estados, acesse:

Entidades parceiras



























































